

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

NÍVEL SUPERIOR

CONCURSO PÚBLICO

CARGO

10

**ANALISTA DE
CONTROLE INTERNO**

Provas Objetivas e Discursiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas e na sua folha de texto definitivo da prova discursiva. Confira também o seu nome em cada página numerada deste caderno de provas.** Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva acompanhada de espaço para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:**

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do fiscal de sala. Nesse período, também não será permitido o empréstimo de qualquer material entre candidatos, mesmo entre os que já tenham terminado as provas.**
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.**
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e a sua folha de texto definitivo e deixe o local de provas.**
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo da prova discursiva poderá implicar a anulação das suas provas.**

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Inovar é recriar de modo a agregar valor e incrementar
a eficiência, a produtividade e a competitividade nos processos
gerenciais e nos produtos e serviços das organizações. Ou seja,
4 é o fermento do crescimento econômico e social de um país.
Para isso, é preciso criatividade, capacidade de inventar e
coragem para sair dos esquemas tradicionais. Inovador é o
7 indivíduo que procura respostas originais e pertinentes em
situações com as quais ele se defronta. É preciso uma atitude
de abertura para as coisas novas, pois a novidade é catastrófica
10 para os mais céticos. Pode-se dizer que o caminho da inovação
é um percurso de difícil travessia para a maioria das
instituições. Inovar significa transformar os pontos frágeis de
13 um empreendimento em uma realidade duradoura e lucrativa.
A inovação estimula a comercialização de produtos ou serviços
e também permite avanços importantes para toda a sociedade.
16 Porém, a inovação é verdadeira somente quando está
fundamentada no conhecimento. A capacidade de inovação
depende da pesquisa, da geração de conhecimento.
19 É necessário investir em pesquisa para devolver resultados
satisfatórios à sociedade. No entanto, os resultados desse tipo
de investimento não são necessariamente recursos financeiros
22 ou valores econômicos, podem ser também a qualidade de vida
com justiça social.

Luis Afonso Bermúdez. **O fermento tecnológico**. In: Darcy. Revista de jornalismo científico e cultural da Universidade de Brasília, novembro e dezembro de 2009, p. 37 (com adaptações).

Considerando a organização das ideias e estruturas linguísticas do texto, julgue os seguintes itens.

- 1 Subentende-se da argumentação do texto que o pronome demonstrativo, no trecho “desse tipo de investimento” (l.20-21), refere-se à ideia de “fermento do crescimento econômico e social de um país” (l.4).
- 2 A forma verbal “é” (l.4) está flexionada no singular porque, na oração em que ocorre, subentende-se “Inovar” (l.1) como sujeito.
- 3 Na linha 8, o segmento “as quais” remete a “situações” e, por isso, admite a substituição pelo pronome **que**; no entanto, nesse contexto, tal substituição provocaria ambiguidade.
- 4 O período sintático iniciado por “Inovar significa” (l.12) estabelece, com o período anterior, relação semântica que admite ser explicitada pela expressão **Por conseguinte**, escrevendo-se: Por conseguinte, inovar significa (...).

1 Nós, seres humanos, somos seres sociais: vivemos
nosso cotidiano em contínua imbricação com o ser de outros.
Isso, em geral, admitimos sem reservas. Ao mesmo tempo,
4 seres humanos, somos indivíduos: vivemos nosso ser cotidiano
como um contínuo devir de experiências individuais
intransferíveis. Isso admitimos como algo indubitável. Ser
7 social e ser individual parecem condições contraditórias da
existência. De fato, boa parte da história política, econômica e
cultural da humanidade, particularmente durante os últimos
10 duzentos anos no ocidente, tem a ver com esse dilema. Assim,
distintas teorias políticas e econômicas, fundadas em diferentes
ideologias do humano, enfatizam um aspecto ou outro dessa
13 dualidade, seja reclamando uma subordinação dos interesses
individuais aos interesses sociais, ou, ao contrário, afastando o
ser humano da unidade de sua experiência cotidiana. Além
16 disso, cada uma das ideologias em que se fundamentam essas
teorias políticas e econômicas constitui uma visão dos
fenômenos sociais e individuais que pretende firmar-se em uma
19 descrição verdadeira da natureza biológica, psicológica ou
espiritual do humano.

Humberto Maturana. **Biologia do fenômeno social: a ontologia da realidade**. Miriam Graciano (Trad.). Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 195 (com adaptações).

A respeito da organização das estruturas linguísticas e das ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 5 Depreende-se do texto que as “condições contraditórias” mencionadas na linha 7 decorrem da dificuldade que o ser humano tem em admitir que suas experiências são intransferíveis porque surgem de “um contínuo devir” (l.5).
- 6 Nas relações de coesão do texto, as expressões “esse dilema” (l.10) e “dessa dualidade” (l.12-13) remetem à condição do ser humano: unitário em “sua experiência cotidiana” (l.15), mas imbricado “com o ser de outros” (l.2).
- 7 Na linha 16, na concordância com “cada uma das ideologias”, a flexão de plural em “fundamentam” reforça a ideia de pluralidade de “ideologias”; mas estaria gramaticalmente correto e textualmente coerente enfatizar “cada uma”, empregando-se o referido verbo no singular.
- 8 A inserção de termo **como** antes de “seres humanos” (l.4) preservaria a coerência entre os argumentos bem como a correção gramatical do texto.
- 9 Na linha 4, o sinal de dois-pontos tem a função de introduzir uma explicação para as orações anteriores; por isso, em seu lugar, poderia ser escrito **porque**, sem prejuízo para a correção gramatical do texto ou para sua coerência.

1 As diferenças de classes vão ser estabelecidas em dois
 níveis polares: classe privilegiada e classe não privilegiada.
 Nessa dicotomia, um leitor crítico vai perceber que se trata de
 4 um corte epistemológico, na medida em que fica óbvio que
 classificar por extremos não reflete a complexidade de classes
 da sociedade brasileira, apesar de indicar os picos. Em cada um
 7 dos polos, outras diferenças se fazem presentes, mas
 preferimos alçar a dicotomia maior que tanto habita o mundo
 das estatísticas quanto, e principalmente, o mundo do
 10 imaginário social. Estudos a respeito de riqueza e pobreza ora
 dão quitação a classes pela forma quantitativa da ordem do
 ganho econômico, ora pelo grau de consumo na sociedade
 13 capitalista, ora pela forma de apresentação em vestuário, ora
 pela violência de quem não tem mais nada a perder e assim por
 diante. O imaginário, em sua organização dinâmica e com sua
 16 capacidade de produzir imagens simbólicas e estereótipos,
 maneja representações que possibilitam pôr ordem no caos.
 O imaginário, acionado pela imaginação individual, é
 19 pluriespacial e, na interação social, constrói a memória, a
 história museológica. Mesmo que possamos pensar que
 estereótipos são resultado de matrizes, a cultura é dinâmica,
 22 porquanto símbolos e estereótipos são olhados e
 ressignificados em determinado instante social.

Dina Maria Martins Ferreira. *Não pense, veja*. São
 Paulo: Fapesp&Annablume, p. 62 (com adaptações).

Com base na organização das ideias e nos aspectos gramaticais do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 10 Na linha 4, para se evitar a repetição de “que”, seria adequado substituir o trecho “que classificar” (l.4-5) por **ao classificar**, preservando-se tanto a coerência textual quanto a correção gramatical do texto.
- 11 Subentende-se da argumentação do texto que “os picos” (l.6) correspondem aos mais salientes indicadores de classes — a privilegiada e a não privilegiada —, referidos no texto também como “extremos” (l.5) e “polos” (l.7).
- 12 Na linha 11, a ausência de sinal indicativo de crase no segmento “a classes” indica que foi empregada apenas a preposição **a**, exigida pelo verbo **dar**, sem haver emprego do artigo feminino.
- 13 Preservam-se as relações argumentativas do texto bem como sua correção gramatical, caso se inicie o último período por **Ainda**, em lugar de “Mesmo” (l.20).
- 14 De acordo com a argumentação do texto, a diferenciação das classes em “dois níveis polares” (l.1-2), como dois extremos, não atende à complexidade de classes da sociedade brasileira, mas é comum ao “mundo das estatísticas” (l.8-9) e ao “mundo do imaginário social” (l.9-10).
- 15 O uso da forma verbal “se trata” (l.3), no singular, atende às regras de concordância com o termo “um corte epistemológico” (l.4) e seriam mantidas a coerência entre os argumentos e a correção gramatical do texto se fosse usado o termo no plural, **cortes epistemológicos**, desde que o verbo fosse flexionado no plural: **se tratam**.

1 A característica central da modernidade, não seria
 demais repetir, é a institucionalização do universalismo — e
 seu duplo, a igualdade — como princípio organizador da esfera
 4 pública. Com base nesse pressuposto, argumento que, em nossa
 sociedade, na esfera pública, duas formas de particularismo —
 o das diferenças e o das relações pessoais — se reforçam e se
 7 articulam em diversas arenas e situações, na produção e
 reprodução de desigualdades sociais e simbólicas.
 O particularismo das diferenças produz exclusão social e
 10 simbólica, dificultando os sentimentos de pertencimento e
 interdependência social, necessários para a efetiva
 institucionalização do universalismo na esfera pública.
 13 O particularismo das relações pessoais atravessa os novos
 arranjos institucionais que vêm sendo propostos como
 mecanismos de construção de novas formas de sociabilidade e
 16 ação coletiva na esfera pública. Finalmente, considero que,
 embora a formação de novos sujeitos sociais e políticos e de
 arenas de participação da sociedade na formulação e gestão das
 19 políticas públicas traga as marcas de nossa trajetória histórica,
 constitui, ao mesmo tempo, possibilidade aberta para outra
 equação entre universalismo e particularismo na sociedade
 22 brasileira.

Jeni Vaitsman. *Desigualdades sociais e particularismos
 na sociedade brasileira*. In: *Cadernos de Saúde Pública*, Rio
 de Janeiro, n.º 18 (Suplemento), p. 38 (com adaptações).

Julgue os seguintes itens, a respeito dos sentidos e da organização do texto acima.

- 16 De acordo com as normas de pontuação, seria correto empregar, nas linhas 2 e 3, vírgulas no lugar dos travessões; entretanto, nesse caso, a leitura e a compreensão do trecho poderiam ser prejudicadas, dada a existência da vírgula empregada após “duplo”, no interior do trecho destacado entre travessões.
- 17 Na estrutura sintática em que ocorre, a preposição “em” (l.7) poderia ser omitida, o que não prejudicaria a coerência nem a correção gramatical do texto, pois a preposição ficaria subentendida.
- 18 As relações entre as ideias do texto mostram que a forma verbal “dificultando” (l.10) está ligada a “diferenças” (l.9); por isso, seriam respeitadas as relações entre os argumentos dessa estrutura, como também a correção gramatical, caso se tornasse explícita essa relação, por meio da substituição dessa forma verbal por **e dificultam**.
- 19 Por meio da conjunção “e”, empregada duas vezes na linha 17 e uma vez na linha 18, é estabelecida a seguinte organização de ideias: a primeira ocorrência liga duas características de “novos sujeitos” (l.17); a segunda liga dois complementos de “formação” (l.17); a terceira, dois complementos de “arenas de participação da sociedade” (l.18).
- 20 Na linha 19, é obrigatório o uso do verbo **trazer** no modo subjuntivo — “traga” — porque essa forma verbal integra uma oração iniciada pelo vocábulo “embora” (l.17).
- 21 A coerência entre os argumentos apresentados no texto mostra que o pronome “seu” (l.3) refere-se a “universalismo” (l.2).

1 Hipermodernidade é o termo usado para denominar a
 realidade contemporânea, caracterizada pela cultura do
 excesso, do acréscimo sempre quantitativo de bens materiais,
 4 de coisas consumíveis e descartáveis. Dentro desse contexto,
 todas as interações humanas, marcadas pela doença crônica da
 falta de tempo disponível e da ausência de autêntica integração
 7 existencial, se tornam intensas e urgentes. O movimento da
 vida passa a ser uma eferescência constante e as mudanças a
 ocorrer em ritmo quase esquizofrênico, determinando os
 10 valores fugidios de uma ordem temporal marcada pela
 efemeridade. Como tentativas de acompanhar essa velocidade
 vertiginosa que marca o processo de constituição da sociedade
 13 hipermoderna, surge a flexibilidade do mundo do trabalho e a
 fluidez das relações interpessoais. O indivíduo da “cultura”
 tecnicista vivencia uma situação paradoxal: ao mesmo tempo
 16 em que lhe são ofertados continuamente os recursos para
 que possa gozar efetivamente as dádivas materiais da vida,
 ocorre, no entanto, a impossibilidade de se desfrutar
 19 plenamente desses recursos.

Renato Nunes Bittencourt. *Consumo para o vazio existencial.*
 In: *Filosofia*, ano V, n. 48, p. 46-8 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, com relação às ideias e aspectos
 linguísticos do texto.

- 22 O uso da preposição “em”, na linha 16, é obrigatório para
 marcar a relação estabelecida com a forma verbal “vivencia”
 (ℓ.15); por isso, a omissão dessa preposição provocaria erro
 gramatical e impossibilitaria a retomada do referente do
 pronome “que” (ℓ.16).
- 23 Entende-se da leitura do texto que a “realidade
 contemporânea” (ℓ.2) caracteriza-se pela velocidade
 vertiginosa e pelo acúmulo de bens materiais, assim como pela
 ausência de integração existencial e falta de tempo para
 usufruir “as dádivas materiais da vida” (ℓ.17).
- 24 A ausência de vírgula depois de “vertiginosa” (ℓ.12) indica que
 a oração iniciada por “que marca” (ℓ.12) restringe a ideia de
 “velocidade vertiginosa” (ℓ.11-12).
- 25 A forma verbal “surge” (ℓ.13) está flexionada no singular
 porque estabelece relação de concordância com o conjunto das
 ideias que compõem a oração anterior.

Considerando a organização, a estrutura e os princípios que
 orientam as atribuições do Ministério Público da União (MPU),
 julgue os itens a seguir.

- 26 As funções eleitorais do Ministério Público Federal perante os
 juízes e juntas eleitorais serão exercidas pelo promotor
 eleitoral.
- 27 O princípio do promotor natural decorre da independência
 funcional e da garantia da inamovibilidade dos membros da
 instituição.

Com relação aos procuradores-gerais, julgue os próximos itens.

- 28 Cabe ao procurador-geral da República, como chefe do
 Ministério Público Federal, decidir, em grau de recurso,
 conflitos de atribuições entre órgãos componentes da estrutura
 do Ministério Público Federal.
- 29 O presidente da República, no uso de suas atribuições de chefe
 de Estado, nomeia o procurador-geral de justiça nos estados,
 o procurador-geral militar e o procurador-geral do trabalho.
- 30 A destituição do procurador-geral de justiça do Distrito
 Federal e territórios exige a deliberação da maioria absoluta
 dos membros da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

A respeito das funções do MPU e das garantias de seus membros,
 julgue os itens que se seguem.

- 31 Compete ao colégio de procuradores da República elaborar,
 mediante votação obrigatória, lista triplíce para a composição
 de todos os tribunais superiores.
- 32 A promoção de membros do MPU ocorre por antiguidade ou
 merecimento, independentemente de solicitação, interesse
 público ou autorização do órgão colegiado.

A respeito dos princípios fundamentais, da aplicabilidade das
 normas constitucionais e dos direitos sociais, julgue os itens a
 seguir.

- 33 O livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão,
 desde que atendidas as qualificações profissionais que a lei
 estabelecer, é norma constitucional de eficácia contida;
 portanto, o legislador ordinário atua para tornar exercitável o
 direito nela previsto.
- 34 Sendo os direitos fundamentais válidos tanto para as pessoas
 físicas quanto para as jurídicas, não há, na Constituição Federal
 de 1988 (CF), exemplo de garantia desses direitos que se
 destine exclusivamente às pessoas físicas.
- 35 A dignidade da pessoa humana, um dos fundamentos da
 República Federativa do Brasil, apresenta-se como direito de
 proteção individual em relação ao Estado e aos demais
 indivíduos e como dever fundamental de tratamento igualitário
 dos próprios semelhantes.

No que se refere à organização político-administrativa do Estado e
 às atribuições e responsabilidades do presidente da República,
 julgue os itens subsequentes.

- 36 A CF autoriza o presidente da República a delegar ao
 advogado-geral da União o envio de mensagem e de plano de
 governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da
 sessão legislativa.
- 37 Uma vez que, no Estado federal, há mais de uma ordem
 jurídica incidente sobre o mesmo território e sobre as mesmas
 pessoas, a repartição de competências entre os entes
 federativos, prevista pela CF, favorece a eficácia da ação
 estatal, evitando conflitos e desperdício de esforços e recursos.

Julgue os itens a seguir, referentes ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça.

- 38 A CF assegura autonomia funcional, administrativa e financeira às defensorias públicas estaduais, por meio das quais o Estado cumpre o seu dever constitucional de garantir às pessoas desprovidas de recursos financeiros o acesso à justiça.
- 39 De acordo com a CF, compete aos juízes federais processar e julgar os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvadas as competências da justiça militar e da justiça eleitoral.

Com relação aos poderes, atos e contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 40 A competência constitui elemento ou requisito do ato administrativo vinculado, cabendo, entretanto, ao próprio órgão público estabelecer as suas atribuições.
- 41 As prerrogativas do regime jurídico administrativo conferem poderes à administração, colocada em posição de supremacia sobre o particular; já as sujeições servem de limites à atuação administrativa, como garantia do respeito às finalidades públicas e também dos direitos do cidadão.
- 42 A legalidade dos atos administrativos vinculados e discricionários está sujeita à apreciação judicial.

A respeito da Lei n.º 8.666/1993, julgue os itens que se seguem.

- 43 Toda prorrogação de contrato deve ser previamente justificada pela autoridade detentora da atribuição legal específica; portanto, é nula toda cláusula contratual que disser ser a avença automaticamente prorrogável.
- 44 Os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios estão subordinados ao regime dessa lei.
- 45 Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações têm como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvadas as concorrências de âmbito internacional, para as quais o edital deve ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.

Julgue o seguinte item, acerca dos agentes públicos.

- 46 A vacância do cargo público decorre de: exoneração, demissão, promoção, ascensão, transferência, readaptação, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável e falecimento.

	A	B	C	D	E	F
1	N.º Processo	Estado	Valor			
2	23456	SP	R\$ 3.929.100,00			
3	45321	DF	R\$ 634.321,00			
4	98765	SP	R\$ 498.120,00			
5	76222	DF	R\$ 23.400,00			
6	13450	RJ	R\$ 987.600,00			
7	43210	MG	R\$ 876.000,00			
8	Total					
9	Média					
10						
11						

A figura acima ilustra uma planilha em edição no Microsoft Excel 2007 (MSEcel 2007), que apresenta valores hipotéticos de seis processos. Nessa planilha, o total e a média aritmética dos valores dos seis processos serão inseridos nas células C8 e C9, respectivamente. Com base nessas informações, julgue os itens subsequentes.

- 47 O valor da média aritmética dos seis processos pode ser obtido com o seguinte procedimento: clicar a célula C9 e, em seguida, digitar a fórmula =MÉDIA(C2;C7).
- 48 Ao serem selecionados os cabeçalhos apresentados na primeira linha da planilha em edição e se clicar a ferramenta , os cabeçalhos serão automaticamente centralizados tanto horizontal quanto verticalmente.
- 49 Para formatar a fonte dos valores abaixo de R\$ 500.000,00 com a cor vermelha e a dos valores acima de R\$ 500.000,00 com a cor azul, é suficiente selecionar a coluna, clicar o menu Fórmulas, digitar =SE(C2<500000;"vermelho";"azul") e arrastar tudo, copiando a fórmula para as demais células dessa coluna.
- 50 Para classificar os processos do menor valor para o maior, é suficiente selecionar as células de C2 até C7; clicar a ferramenta ; selecionar a opção Classificar do Menor para o Maior e, em seguida, clicar o botão Classificar.
- 51 Para se obter o valor total desses processos, é suficiente clicar a célula C8; pressionar a ferramenta  e, em seguida, pressionar a tecla .



A figura acima mostra uma janela do IE 8.0 aberta em um computador com o Windows XP e conectado à Internet. Com base nessa figura, julgue os itens que se seguem, acerca da utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet.

- 52 Ao se clicar a opção **Página** e, em seguida, a opção Zoom, serão exibidas opções que permitem ampliar ou reduzir a exibição da página da Web mostrada na figura.
- 53 Ao se digitar uma palavra na caixa de pesquisa **BUSCA** e, em seguida, pressionar e manter pressionada a tecla **Alt** e, na sequência, pressionar a tecla **Enter**, serão exibidos, em nova guia, os resultados da pesquisa realizada em todos os sítios da Web em que essa palavra foi encontrada.
- 54 Ao se clicar o botão **Favoritos**, será apresentada a opção Adicionar a Favoritos... Esta, por sua vez, ao ser clicada, permite adicionar o endereço www.mpu.gov.br na lista de favoritos.
- 55 A mensagem de alerta exibida na figura, introduzida pelo símbolo , refere-se ao complemento MSXML 5.0 e solicita permissão do usuário para que esse complemento seja instalado no computador. Existem, no entanto, complementos que podem ser instalados sem o conhecimento do usuário, quando, por exemplo, for parte de outro programa instalado anteriormente.
- 56 Antes de permitir a execução do complemento MSXML 5.0, recomenda-se que o usuário clique a opção **Segurança** e, em seguida, clique Ativar Filtragem InPrivate para executar o antivírus do IE 8.0.

Com base na figura ao lado, que apresenta um texto em edição no Microsoft Word 2007 (MSWord 2007), julgue os próximos itens, relativos à edição de textos e planilhas.

- 57 Considere que o último parágrafo do texto mostrado na figura seja copiado do MSWord 2007 para uma célula de uma planilha do Microsoft Excel 2007. Nesse caso, é possível tornar todo o conteúdo visível nessa célula, com exibição em várias linhas, formatando-a com a opção Quebrar Texto Automaticamente.
- 58 Ao se clicar o botão , são apresentadas opções que permitem alterar o *design* geral do documento, incluindo-se cores, fontes, efeitos e o plano de fundo da página.
- 59 Considerando-se que os itens dos parágrafos foram autoformatados pelo MSWord 2007, é possível substituir as letras correspondentes à ordenação por numerais romanos com a utilização da ferramenta .
- 60 O texto em edição pode ser afastado para a direita usando-se a régua ou a ferramenta .



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens a seguir a respeito de exercício financeiro e lucro real.

- 61** O encargo com o imposto de renda deve ser reconhecido e contabilizado no período fiscal seguinte ao da ocorrência do lucro a que se refere.
- 62** Perdas em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia (*day-trade*), realizadas em mercado de renda fixa ou variável, devem ser adicionadas ao lucro líquido do exercício social para determinação do lucro real.
- 63** A partir de 2010, o regime tributário de transição (RTT) passa a ser obrigatório para todas as entidades submetidas à tributação pelo lucro real.

receitas, despesas e resultados	(em R\$)
depreciação e amortização	(13.100)
despesas operacionais (exceto depreciação e amortização)	(277.900)
resultado bruto	239.100
resultado operacional antes de impostos e receita (despesa) financeira	(51.900)
resultado operacional antes do imposto de renda	(75.100)
receita bruta de vendas	1.598.200
receita líquida de vendas	1.407.900

Considerando as informações acima, extraídas da demonstração do resultado ao final do exercício social de determinada empresa comercial, julgue os itens subsequentes.

- 64** As deduções da receita (vendas canceladas, abatimentos e impostos incidentes sobre vendas) são inferiores a R\$ 200.000,00.
- 65** O resultado financeiro (receitas/despesas financeiras) reduz o lucro em R\$ 23.200,00.

ficha de estoque — perfil metálico 3 × 0,10

data	entradas			saídas			saldo		
	Q	valor unitário	valor total	Q	valor unitário	valor total	Q	valor unitário	valor total
1/6							15	100,00	1.500,00
2/6				5	100,00	500,00	10	100,00	1.000,00
5/6	24	110,00	2.640,00				10 24	100,00 110,00	1.000,00 2.640,00
7/6				10 6	100,00 110,00	1.000,00 660,00	18	110,00	1.980,00
8/6				20	120,00	2.400,00	18 20	110,00 120,00	1.980,00 2.400,00
9/6				(5)	110,00	(550,00)	23 20	110,00 120,00	2.530,00 2.400,00

Q – quantidade (em unidades)

Considere que a ficha de estoque apresentada acima represente fielmente as operações realizadas, no início do mês de junho de 2010, por determinada empresa e que, em cada dia, tenha sido realizada apenas uma operação. Com base nessas informações, julgue os itens que se seguem.

- 66** O valor de R\$ 550,00, registrado em 9/6/2010, refere-se a uma dedução da receita.
- 67** Em 7/6/2010, foram vendidas 16 unidades do produto, gerando receita de venda igual a R\$ 1.660,00.
- 68** Na hipótese de a empresa adotar o método da média ponderada, o estoque final será maior que o registrado na ficha de estoque.
- 69** O custo do produto vendido no período é inferior a R\$ 2.000,00.

RASCUNHO

Em cada um dos itens seguintes, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

RASCUNHO

- 70** Para resolver um problema de descasamento entre suas taxas de captação e de aplicação, determinada empresa realizou uma operação de *swap* pré-CDI, com duração de três anos, apurando, a cada trimestre, a diferença entre a ponta ativa (prefixada) e a ponta passiva (indexada ao CDI). Em determinado trimestre, a empresa apura que deve pagar R\$ 89.063,00.
- Nesse caso, o lançamento contábil correspondente deve ser um débito em conta de despesa financeira (resultados com derivativos) e um crédito em conta do ativo (disponibilidades/*swap* — diferencial a pagar), pelo valor apurado.
- 71** Uma empresa adquiriu, a prazo, mercadorias no exterior cujo valor, de R\$ 45.000,00, corresponde à fatura comercial de US\$ 25.000,00 emitida pelo fornecedor estrangeiro. Na data do balanço, o dólar estava cotado a R\$ 2,00.
- Nessa situação, respeitando o princípio da competência, a empresa deverá fazer um lançamento contábil no valor de R\$ 5.000,00, debitando a conta variação cambial (despesas financeiras) e creditando a conta patrimonial fornecedores estrangeiros.
- 72** As empresas comerciais A e B realizaram operações de compra e venda de mercadorias a prazo. Para registrá-las, a empresa A fez corretamente dois lançamentos modificativos, e a empresa B, um lançamento permutativo e dois modificativos.
- Nesse caso, a empresa que utilizou o sistema de inventário periódico foi a A.
- 73** Uma empresa realizou vendas a prazo e contabilizou perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no início do período. A expectativa de inadimplência não se realizou.
- Nesse caso, a empresa deve registrar um débito em duplicatas a receber (ativo) e um crédito em outras receitas operacionais (recuperação de despesas) com o valor provisionado anteriormente.
- 74** Determinado ativo imobilizado apresentou resultado econômico pior que o esperado. A empresa estimou, com base em estudo técnico, que o valor contábil líquido era maior que o valor recuperável. Nessa situação, no balanço patrimonial, o valor do imobilizado deve ser reduzido pelas perdas estimadas por valor não recuperável.
- 75** No final do exercício social, os efeitos nas contas do passivo de determinada empresa, decorrentes de uma operação de financiamento de ativos fixos, são:
- I aumento no saldo das contas do passivo circulante: R\$ 500.000,00 em credores por financiamento e R\$ 83.000,00 em juros a transcorrer;
- II aumento no saldo das contas do passivo não circulante: R\$ 3.500.000,00 em credores por financiamento e R\$ 1.600.000,00 em juros a transcorrer.
- Nessa situação, a compra financiada provocou aumento de R\$ 583.000,00 no exigível de curto prazo e de R\$ 5.100.000,00 no exigível de longo prazo.

Julgue os itens a seguir, que versam sobre demonstrações contábeis.

RASCUNHO

- 76** O valor do dividendo adicional ao obrigatório deve ser debitado em lucros acumulados e creditado em dividendos a pagar (passivo circulante). Por isso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido, esse fato aparece apenas reduzindo a conta de lucros acumulados.
- 77** Na hipótese de ocorrência de um desembolso, cujo valor não for mensurável, a obrigação é classificada como provável e deve ser reconhecida e registrada no balanço patrimonial.
- 78** No balanço patrimonial, classificam-se as contas 13.º a pagar (credora) no grupo passivo, e os créditos de funcionários (devedora) e ações em tesouraria (devedora) no grupo ativo.

O estatuto social de determinada empresa define que administradores, debenturistas, empregados e partes beneficiárias têm direito, cada um, a 10% do lucro do exercício. Em determinado exercício, o lucro da empresa, após os descontos de imposto de renda e contribuição social, foi de R\$ 485.000,00, e o prejuízo acumulado, de R\$ 155.000,00.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, é correto afirmar que o valor da participação dos

- 79** debenturistas é R\$ 33.000,00.
- 80** administradores é R\$ 26.730,00.

A respeito da contabilidade pública brasileira, julgue os itens que se seguem.

- 81** As contas de variações ativas e do ativo são creditadas pelo aumento e debitadas pela diminuição de saldo.
- 82** O registro de receitas e despesas orçamentárias pode gerar lançamentos simultâneos no sistema financeiro, no orçamentário e no patrimonial.
- 83** No ativo e no passivo compensado, registram-se eventos que não representam impacto imediato no patrimônio.
- 84** Os balanços das entidades autárquicas são publicados em separado daqueles pertencentes aos entes aos quais se subordinam.
- 85** De acordo com a legislação em vigor, a escrituração sintética das operações orçamentárias, financeiras e patrimoniais deve ser feita pelo método das partidas dobradas.

Um ente público apresentou a seguinte execução de despesas e receitas.

arrecadação de receita de imposto	R\$ 30.000,00
receita de alienação de bens imóveis	R\$ 7.000,00
redução do saldo da conta semoventes por morte de uma matriz	R\$ 1.000,00
aquisição de um veículo	R\$ 30.000,00
concessão de sub-repasse	R\$ 10.000,00

Com relação a essa situação hipotética, julgue os seguintes itens, acerca de demonstrações de variações patrimoniais, de acordo com a legislação vigente.

- 86** A aquisição do veículo deve gerar lançamentos contábeis no sistema orçamentário, no financeiro e no patrimonial.
- 87** A diferença entre receitas e despesas orçamentárias foi igual ou superior a R\$ 30.000,00.
- 88** A mutação patrimonial da receita foi de R\$ 7.000,00.
- 89** O *superavit* patrimonial foi igual ou superior a R\$ 21.000,00.
- 90** O valor da interferência passiva foi igual a R\$ 10.000,00.
- 91** Ocorreu superveniência passiva de R\$ 1.000,00.

Com relação à contabilização de operações típicas da administração federal, julgue os itens subsequentes.

- 92** Aprovada e publicada a lei orçamentária, a SOF deve lançar a previsão de receita em contas de compensação do sistema orçamentário.
- 93** A fixação da dotação inicial de despesa bem como os créditos adicionais abertos durante o exercício, efetuados pela Secretaria de Orçamento Federal (SOF), mediante nota de dotação, nas respectivas unidades orçamentárias, são classificados como evento da classe 50.
- 94** A realização de receita de alienação de bens móveis deve ser contabilizada mediante lançamento nos sistemas financeiro, orçamentário e patrimonial, o que gera um débito na conta de receita realizada e um crédito na conta de alienação de bens móveis.
- 95** Na anulação de uma descentralização interna de créditos, são gerados um débito em rubrica de crédito disponível e um crédito em rubrica de provisão recebida.
- 96** As transferências de limite de saque — cota, repasse, sub-repasse e pagamentos diversos — entre as unidades gestoras integrantes da conta única do Tesouro Nacional devem ser efetuadas por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), independentemente de qualquer autorização.
- 97** Os sistemas contábeis admitem lançamentos manuais e por eventos, ambos efetuados pelas unidades gestoras.

Um dos instrumentos de controle do patrimônio público é o inventário de materiais, bens móveis e imóveis pertencentes ao ente público. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 98** É legalmente admissível a dispensa de tombamento de material permanente cujo custo for inferior ao custo de controle.
- 99** A durabilidade, a incorporabilidade e a tangibilidade são parâmetros para identificação de material permanente.
- 100** A durabilidade diferencia os materiais permanentes dos de consumo, pois tal característica não é relevante para materiais classificados como de consumo.
- 101** O abandono de um material é uma forma de destinação legalmente prevista.
- 102** Os materiais de consumo devem ser avaliados pelo custo médio ponderado das compras, e os materiais permanentes, pelo custo de aquisição ou de construção.

Com relação ao plano de contas único para os órgãos da administração direta, julgue os itens a seguir.

- 103** O indicador contábil 50 (encerramento) determina que uma conta deve ter seu saldo zerado ao final de cada exercício.
- 104** A relação de contas, a tabela de eventos e os indicadores contábeis integram o plano de contas único da administração federal.
- 105** Um empréstimo de curto prazo, contraído por um órgão da administração direta federal, gera débito em conta de ativo grupo 2 e crédito em conta de receita de mesmo grupo.

Em relação aos testes e procedimentos de auditoria aplicados no setor público, julgue os itens seguintes.

- 106** A maioria dos testes e procedimentos de auditoria empregados tem como objetivo a detecção de irregularidades, sejam elas decorrentes de culpa ou dolo.
- 107** Quando pretende verificar a existência física de um bem pertencente à entidade auditada, é adequado que o auditor emita pedido de confirmação em preto.
- 108** O pedido de confirmação é negativo quando não for necessária a resposta do auditado que discordar dos valores exibidos na carta que lhe foi enviada.
- 109** Considere que haja indícios de que um auditado tenha cometido irregularidades e de que, se fosse questionado a respeito delas, não falaria a verdade. Ainda assim, nessa situação, deveria ser empregada a técnica de entrevista com o auditado.
- 110** Em uma auditoria contábil, para verificação de integridade e exatidão dos registros do sistema contábil da auditada, aplicam-se tanto os testes de observância quanto os substantivos.

Com respeito ao controle interno e ao externo e à prestação de contas no âmbito da União, julgue os itens subsequentes.

- 111** Por meio de auditoria operacional, emite-se opinião acerca da gestão quanto a eficiência, eficácia e economicidade, a fim de auxiliar a administração da entidade auditada na gerência e no alcance dos resultados.
- 112** São tipos de auditorias realizadas no setor público federal brasileiro: contábil, operacional, especial, de avaliação da gestão, de acompanhamento da gestão, de programas, de sistemas, da qualidade e integral.
- 113** A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos órgãos federais é da competência do Congresso Nacional, e é realizada mediante controle externo. Não cabe à Controladoria-Geral da União (CGU), por ser órgão de controle interno, realizar o mesmo tipo de fiscalização em um mesmo órgão quando esse trabalho estiver sendo feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU).
- 114** O ordenador de despesas do MPU presta contas de qualquer recurso público federal sob sua guarda ou responsabilidade, cabendo à CGU o julgamento das contas.
- 115** Após o término de cada exercício, o órgão público organiza seu processo de prestação de contas, que é auditado pelo controle interno mediante auditoria de programas.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca de auditoria realizada sobre a prestação de contas de órgão público federal.

- 116** Em auditoria realizada no MPU, um auditor observou que a despesa com pessoal atingiu 0,58% da receita corrente líquida. Nessa situação, o auditor deve atestar, com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, a regularidade da despesa.
- 117** Um auditor identificou falhas de natureza formal nos demonstrativos contábeis, que não representaram prejuízo ao erário. Nessa situação, a opinião do auditor sobre as contas deve ser regular com ressalvas.
- 118** Um auditor verificou que uma receita extraorçamentária veio a se tornar receita orçamentária e foi contabilizada como tal, fato que considerou irregular. Nessa situação, o auditor equivocou-se.
- 119** Um auditor verificou que o montante da receita da dívida ativa gerou acréscimo das disponibilidades e também variação passiva resultante da execução orçamentária, e considerou essa situação regular. Nessa situação, o auditor agiu corretamente.
- 120** Analisando os itens do balanço patrimonial de órgão responsável pela gestão da infraestrutura de transporte terrestre, um auditor observou que não havia, no ativo permanente, registros referentes ao exercício em análise de certos bens de responsabilidade desse órgão, como estradas, pontes e viadutos. Nessa situação, o auditor deve entender que o não registro dos bens está correto.
- 121** Um auditor considerou regular o montante das operações de crédito realizadas no exercício em análise, visto que foi superior às despesas de capital da empresa auditada no período. Nessa situação, o auditor agiu corretamente.

A propósito dos tipos e das formas de atuação do sistema de controle, da responsabilidade e do julgamento dos administradores e responsáveis por recursos públicos, julgue os itens subsequentes.

- 122** As contas dos administradores públicos devem ser julgadas regulares com ressalvas quando for comprovada omissão no dever de prestar contas.
- 123** Os responsáveis pelo controle interno da União, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade comprovada, devem antes avaliar se é ou não necessário informá-la ao TCU.
- 124** O processo de prestação de contas é formalizado pelo titular de entidade da administração indireta federal, com o auxílio da unidade de contabilidade analítica da própria entidade.

Com relação a auditoria governamental, julgue os itens que se seguem.

- 125** Na fase de execução da auditoria, o auditor deve elaborar o plano de trabalho considerando os objetivos do exame, o universo a ser examinado, o alcance dos procedimentos de auditoria, as técnicas apropriadas e a quantidade de profissionais necessária à conclusão dos trabalhos.
- 126** Os papéis de trabalho são elaborados durante a execução dos trabalhos de auditoria. Na fase preliminar da auditoria, não é necessária a elaboração de papéis de trabalho de planejamento.
- 127** Evidências representam o conjunto de fatos comprovados, suficientes, competentes e pertinentes, que fundamentam a opinião do auditor, obtidos durante os trabalhos de auditoria por meio de testes adequados às circunstâncias.

A respeito do orçamento público, julgue os itens a seguir.

- 128** Segundo a Lei n.º 4.320/1964, o controle da execução orçamentária compreende as seguintes modalidades de controle: legalidade, fidelidade funcional dos agentes da administração e cumprimento do programa de trabalho.
- 129** A Constituição Federal (CF) de 1988 dispõe que a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve compreender três orçamentos: o de investimentos em empresas, o fiscal e o de seguridade social.
- 130** A elaboração do orçamento anual da União ocorre no âmbito do sistema de planejamento e de orçamento federal, que tem como órgão central o Ministério da Fazenda.
- 131** O projeto de lei contendo a proposta orçamentária para o próximo ano deve ser encaminhado até três meses antes do encerramento do exercício corrente.

Julgue os seguintes itens, que versam acerca de princípios e processos orçamentários.

- 132** O princípio da discriminação ou especialização trata da inserção de dotações globais na lei orçamentária, providência que propicia maior agilidade na aplicação dos recursos financeiros.
- 133** A abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito são excepcionalidades em relação ao princípio da exclusividade, previstas na CF e em legislação específica.
- 134** No setor público, existem dois tipos de controle da execução orçamentária e financeira: o externo e o interno. O exercício do controle interno cabe ao Poder Legislativo.

Julgue os itens subsequentes, que versam acerca da LOA, dos créditos adicionais e da conta única.

- 135** A vigência de todo crédito adicional está restrita ao exercício em que esse crédito foi aberto. A prorrogação da vigência é permitida somente para os créditos especiais e extraordinários, quando autorizados em um dos quatro últimos meses do exercício.
- 136** Os créditos adicionais são somente aqueles destinados a autorizações de despesas incluídas na LOA que não foram suficientemente dotadas.
- 137** Os créditos suplementares e especiais devem ter autorização prévia obrigatoriamente incluída na própria LOA.
- 138** Quanto à finalidade, os créditos suplementares são reforços para a categoria de programação contemplada na LOA, enquanto os créditos especiais e os extraordinários atendem a despesas imprevisíveis e urgentes.

A respeito da execução orçamentária e financeira no setor público, julgue os itens a seguir.

- 139** Apesar da centralização de recursos na conta única, as unidades gestoras podem manter contas-correntes em agências bancárias, para movimentar seus recursos quando houver necessidade de realizar operações que não possam ser efetuadas por meio da conta única.
- 140** Para efetivar o registro de execuções financeiras, orçamentárias e patrimoniais, as unidades gestoras podem acessar o SIAFI de forma *online* ou *offline*.
- 141** A CF estabelece que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário devem manter, de forma integrada, o sistema de controle interno da execução orçamentária e financeira.
- 142** A descentralização de créditos caracteriza-se pela cessão de crédito orçamentário entre unidades orçamentárias ou unidades gestoras. A descentralização interna é denominada destaque e a externa, provisão.
- 143** Na execução financeira, a liberação de recursos às unidades gestoras é realizada por intermédio de cota, repasse e sub-repasse.

Julgue os próximos itens relativos ao Plano Plurianual (PPA) e às diretrizes orçamentárias.

- 144** A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) instituiu novas regras e funções para a LDO que vão além daquelas contidas na CF, como a exigência de equilíbrio entre receita e despesa e formas de limitar empenho.
- 145** As ações finalísticas do governo federal devem ser estruturadas em programas, que não necessitam ter correlação com o PPA, pois visam atender a necessidades imediatas da sociedade.

Julgue os itens seguintes, que versam acerca de receita e despesa públicas, à luz do que estabelece a Lei nº. 4.320/1964.

- 146** Considerando que as modalidades de empenho classifiquem-se em ordinário, global e por estimativa, a modalidade de empenho ordinário diz respeito a inúmeros tipos de gastos operacionais das repartições, como fretes e passagens.
- 147** Conforme a categoria econômica da receita ou da despesa pública, os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado destinados a custear despesas de capital podem ser considerados receitas de capital.
- 148** Os juros da dívida pública e a concessão de empréstimos são classificados como despesas de capital.
- 149** As despesas com obras públicas e as subvenções sociais são classificadas como despesas correntes.
- 150** A dívida ativa constitui-se dos passivos da fazenda pública, para com terceiros, não pagos no vencimento, que são inscritos em registro próprio, após apurada sua exigibilidade.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Será desconsiderado, também, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas.
- Na **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, único documento que servirá de base para a avaliação da Prova Discursiva, escreva com letra legível e respeite rigorosamente as margens. No caso de erro, risque, com um traço simples, a palavra, a frase, o trecho ou o sinal gráfico e escreva em seguida o respectivo substituto. **Atenção:** parênteses não podem ser usados para tal finalidade.

demonstração de fluxo de caixa – exercício 2009	em milhões de reais
fluxo de caixa das atividades operacionais	
prejuízo líquido do exercício	(315,6)
ajustes ao prejuízo líquido	338,5
acréscimo em ativos operacionais	(360,2)
acréscimo em passivos operacionais	480,6
caixa líquido proveniente das atividades operacionais	143,3
fluxo de caixa das atividades de investimentos	
imobilizado e intangível	(53,7)
aplicações em títulos e valores mobiliários	(28,0)
caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de investimentos	(81,7)
fluxo de caixa das atividades de financiamentos	
pagamentos	(75,3)
caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades de financiamentos	(75,3)
fluxo de caixa líquido do período	(13,7)
caixa e equivalente de caixa no início do exercício	97,1
caixa e equivalente de caixa no final do exercício	83,4

A tabela acima apresenta a demonstração de fluxo de caixa de uma empresa hipotética. Na condição de analista contábil incumbido de apresentar os números da demonstração de fluxo de caixa dessa empresa para novos acionistas não familiarizados com as demonstrações financeiras padronizadas, redija um texto dissertativo, explicando o significado das informações contidas nessa demonstração. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ benefícios das informações do fluxo de caixa;
- ▶ segmentação das atividades que provocam variação no caixa e equivalente de caixa;
- ▶ formação do caixa líquido gerado (aplicado) nas diferentes atividades;
- ▶ avaliação da variação do caixa e equivalentes de caixa.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	